



**Município de Santa Marta de Penaguião
Assembleia Municipal**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA
MARTA DE PENAGUIÃO, NO DIA 25 DE ABRIL DE 2017**

N.º 02/2017

MESA DA ASSEMBLEIA: Presidente - José Alberto Moreira Araújo, 1.º Secretário – Rosa Martins Cardoso, 2.º Secretário – Leila Vanessa Rodrigues Queirós Cardoso. -----

PRESENCAS: José Fernando Fraga Granja, Paula Cristina Morais Guedes Borges, Cesário Pinto Canário, Jorge Manuel Madureira da Silva Sampaio, Manuel António Esteves Rebelo, Paulo Sérgio de Sousa Prior, Francisco José Guedes Gouveia Reis, Jóni André Borges Madureira, Eugénio da Conceição Rocha, António Manuel Rocha Gomes, João dos Santos Silva, Fernando José Mourão Gonçalves, José Paulo Barreira da Mota, António Júlio da Costa Almeida, Olga Amália Pinto Nogueira e Fernando Borges Moreira, Membros da Assembleia.

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: António Júlio Alves Fernandes, Adérito Ribeiro Silvério, Susana Maria Gregório Cardoso Moutinho, Rui Manuel de Carvalho Monteiro Ribeiro, Hugo Alexandre Cunha Sequeira, Manuel Augusto Mesquita Pinto. -----

AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS: Não houve. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL: Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara, Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Maria Arlete Canário Taveira da Costa Gouveia, Vereadores e António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão Administrativa Financeira e de Recursos Humanos. -----

SECRETARIOU: Maria da Piedade Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica da Secção de Recursos Humanos, Expediente Geral e Arquivo. -----

HORA DE ABERTURA: 11:50 HORAS. -----

---- ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada, por unanimidade, em minuta no final da respetiva reunião. -----



----- **SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO 43.º ANIVERSÁRIO DO “25 DE ABRIL”**-----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA** -----

----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- **1.1** - Apreciação e votação da Ata da sessão anterior. -----

----- **1.2** - Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos. --

----- **1.3** - Assuntos de interesse para o Município. -----

----- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **2.1** - Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

----- **2.2** – Deliberar sobre a nomeação da sociedade C & R RIBAS PACHECO, SROC, como auditor externo, responsável pela Certificação Legal de Contas (n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 18 de abril de 2017); -----

----- **2.3** - Apreciar e votar o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas - 2016 (alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 18 de abril de 2017); -----

----- **2.4** - Deliberar sobre a 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais da Receita e da Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades mais Relevantes - 2017 (alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 18 de abril de 2017); -----

----- **3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”** -----

----- **ABERTURA DA SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO 43.º ANIVERSÁRIO DO “25 DE ABRIL”** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à Sessão Solene do “25 de Abril”, cumprimentou o público presente, os Senhores Deputados Municipais e o Executivo Municipal. -----



----- Mencionou a importância de comemorar anualmente o “25 de Abril”, para transmitir às gerações mais novas e a todos aqueles que não tiveram a oportunidade de a viver intensamente, em vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro, a relevância e o significado que hoje constatamos, sendo uma data sentida com enorme emoção para o Senhor Presidente da Assembleia, onde há 43 anos, por esta altura, andava pelas ruas de Lisboa na defesa da liberdade comunitária, luta onde participou intensamente e que reconhece ser de grande importância recordar e celebrar o “25 de Abril”, pois é para todos motivo de dupla satisfação, por um lado comemorar abril e, acima de tudo, constatar e verificar que neste espaço, símbolo máximo da Democracia do nosso concelho, tivemos dois momentos altos interpretados pelas novas gerações que constatarem diretamente com o “25 de Abril”, pois é de todo importante no mundo cada vez mais globalizado em que vivemos, com todas as perturbações sociais e políticas que acontecem e que vão acontecendo, verificar a importância da Liberdade e da Democracia, contudo só terá continuidade se, também, nós adultos, fizermos algo para que assim seja, mobilizando as gerações mais novas a este espaço com regularidade, informando-as nas escolas e transmitindo-lhes os valores do “25 de Abril”. -----

----- Agradeceu, também, a presença das crianças, aludindo que não poderia haver melhor forma de iniciar a Sessão Solene. -----

----- Seguidamente informou a ordem de intervenção na Sessão Solene, aproveitou para convidar todos os presentes a permanecer no espaço e que, após um curto intervalo, seguir-se-ia a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do mês de abril. -----

----- I) O Senhor Deputado, Eugénio da Conceição Rocha (PPD/PSD), proferiu o seguinte discurso: -----

----- **“ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS: A DEMOCRACIA, A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, A REALIDADE E O FUTURO** -----



----- Ex. Sr. Presidente da Assembleia Municipal -----

----- Exs. Srs. Deputados Municipais -----

----- Ex. Sr. Presidente da Câmara Municipal e demais elementos do executivo -----

----- Exs. Srs. Presidentes de Junta -----

----- Exs. Srs. Funcionários Municipais -----

----- Entidades presentes e Caríssimos Penaguienses -----

----- A confiança no poder local e nacional, construída ao longo das últimas quatro décadas, tem sido um dos fatores mais importantes para a estabilidade do atual regime político, o Estado Democrático, que substituiu o Regime do Estado Novo, cujo espírito renovador e moderno é manifestado na inspiração popular do 25 de Abril de 1974. -----

----- No que diz respeito ao poder local, a manutenção dessa confiança é essencial, sendo, por isso, muitas vezes injustas, despropositadas e totalmente descabidas certas suspeições que genericamente são lançadas sobre os autarcas, que inquestionavelmente desempenham as mais relevantes funções públicas num quadro de serviço público particularmente exigente, e cuja entrega pessoal à coisa pública é muitas vezes desvalorizada pela comunidade. -----

----- O sentido de responsabilidade dos autarcas, no que diz respeito à gestão dos dinheiros públicos e ao sentimento manifestado pelas prementes necessidades da nossa comunidade, deve ser o fio condutor para a confiança dos cidadãos no poder autárquico, porque quando estes se manifestam duvidosos, contribuem para minar a confiança nas instituições autárquicas, seja por fenómenos de corrupção, por compadrios familiares, por amizades políticas ou por promiscuidade negocial, traduzindo-se muitas vezes na opinião pública como um corolário de negligência dos princípios da igualdade, da transparência e de respeito pelos contribuintes. -----



----- Além disso, urge refletir e legislar sobre os poderes das assembleias municipais. A Constituição da República Portuguesa favorece e eleva as assembleias municipais ao patamar mais alto do poder local, contudo a realidade é outra, bem diferente. -----

----- A Constituição estabelece, em sede de princípios gerais do poder local, que os municípios dispõem, na sua organização, de uma assembleia dotada de poderes deliberativos eleita por sufrágio universal, direto e secreto e de um órgão executivo perante ela responsável (artigo 239º, n.ºs 1 e 2, conjugado com o artigo 236º, n.ºs 1 e 2), pelo que a Constituição é muito clara sobre os poderes e a importância das assembleias municipais. -----

----- A Constituição configurou, de um modo muito particular, a assembleia Municipal, sendo esta “eleita por sufrágio universal, direto e secreto dos cidadãos recenseados na área da respetiva autarquia, segundo o sistema de representação proporcional. Depois, distorce este preceito porque acrescenta aos membros diretamente eleitos, os presidentes das juntas de freguesia. -----

----- Resulta daqui que não é seguido rigorosamente o disposto no artigo 239º, no n.º 2, e antes se mistura na assembleia municipal uma parte que segue inteiramente aquele preceito, ou seja, os membros eleitos diretamente e outra parte que depende dos resultados das eleições para as freguesias, o que é uma originalidade Portuguesa, pois não sucede algo semelhante nos países democráticos que nos estão mais próximos e nem sequer é uma tradição na história municipal Portuguesa. -----

----- Finalmente, a disposição do artigo 239º, n.º3 acaba com a obrigatoriedade da eleição direta do órgão colegial câmara municipal, mas não impede, permite que haja apenas eleição para a assembleia municipal e a partir dela se eleja a câmara, tal como sucede atualmente com as freguesias, e permite que haja membros da câmara que não sejam membros da assembleia (o que já é permitido parcialmente em Espanha). Para isso, contudo, será



necessária uma lei que terá de obter a aprovação de uma maioria qualificada na assembleia da república, tendo, em 2013, fracassado uma tentativa de a elaborar e aprovar. -----

----- Juridicamente, a assembleia municipal é o órgão máximo do poder local pois, embora o executivo tenha o poder de propor as mais importantes deliberações municipais e de as executar, legalmente, quem tem o poder de as deliberar é apenas a assembleia municipal, tendo a câmara de executar o que for deliberado e não o que propôs. -----

----- As coisas juridicamente são assim, mas a realidade é outra. -----

----- No atual panorama da política local, a realidade da organização e funcionamento das assembleias municipais mostra que o poder está na câmara municipal e, dentro dela, no seu presidente, que de per si é visto como um órgão praticamente autónomo, limitando-se a assembleia a reconhecer esse poder, salvo quando o presidente não possui uma maioria que o sustente na assembleia e tem de negociar com ela. -----

----- A realidade tem mostrado que as assembleias municipais têm sido o parente pobre do nosso poder local democrático, contrariando a estrutura jurídico-constitucional onde aparece como órgão máximo do município, mas que por relativa falta de capacidade de intervenção política deste órgão, por falta de visibilidade e notoriedade atribuídas aos deputados municipais, tem nos últimos anos perdido a essência da sua existência e, consequentemente, tem reforçado o poder do executivo da Câmara Municipal, diminuindo o poder de decisão colegial do seu mais alto órgão de representação popular. -----

----- No futuro, bem próximo, torna-se necessário reforçar a intervenção política das assembleias municipais de forma a retirá-las do lugar menor a que foram injustamente relegadas e cerceadas de importância na vida político-administrativa municipal, devendo as assembleias municipais, por mérito próprio e capacidade dos seus membros, movimentarem-se e lutar pelo lugar que é seu na organização democrática do nosso país. -----



----- Quando tal suceder, e que seja brevemente, espera o grupo municipal do PPD/PSD de Santa Marta de Penaguião, que zela pela igualdade de tratamento dos cidadãos, pelo direito das liberdades de cada cidadão, pelo direito a uma sociedade moderna, evoluída e com sentido de justiça, pelo desenvolvimento local e regional, transformará o atual “PODER LOCAL” na transição para a efetiva “DEMOCRACIA LOCAL REPRESENTATIVA”. -----

----- VIVA A LIBERDADE E A DEMOCRACIA -----

----- VIVA SANTA MARTA DE PENAGUIÃO -----

----- VIVA PORTUGAL -----

----- O GRUPO MUNICIPAL DO PPD/PSD” -----

----- **II) O Senhor Deputado, António Júlio da Costa Almeida (PS), proferiu o seguinte discurso:** -----

----- “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

----- Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

----- Exma. Senhora Vice Presidente -----

----- Exmo. Senhor Vereador -----

----- Exmas Senhoras vereadoras -----

----- Exmos Senhores membros desta assembleia -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores -----

----- Caros concidadãos é bom ver e sentir que os valores da liberdade, fraternidade, igualdade e esperança, defendidos há mais de quarenta anos, continuam bem presentes no Concelho de Santa Marta e em Portugal. -----

----- Celebramos hoje um marco na nossa história recente que influenciou de forma determinante a vida e o futuro de várias gerações. -----



----- Ao longo destes anos, e como seria espectável, aconteceram transformações, na sociedade e no país que nos devem merecer de forma constante a busca do verdadeiro significado do Vinte e Cinco de Abril. -----

----- Mais do que revolucionar o discurso, é necessário revolucionar o pensamento e a atitude de cada um de nós. -----

----- Pensar Abril implica coragem, determinação e ação. -----

----- Pensar Abril implica liberdade e despreendimento. -----

----- Pensar Abril implica solidariedade, sensatez e responsabilidade. -----

----- Aplicar Abril implica a Liberdade. -----

----- Chegou a nossa vez de devolvermos o que o Vinte e Cinco de Abril nos trouxe. -----

----- A liberdade não é estática nem autónoma. Cabe a cada um de nós, homens e mulheres, preservá-la e torná-la cada vez mais presente nas nossas vidas. -----

----- Só com uma democracia participativa e ativa é que podemos alimentar uma sociedade livre. -----

----- É este o melhor contributo que podemos dar a quem lutou para estarmos aqui hoje, eleitos de forma democrática pelo povo, mas também às novas gerações que veem na liberdade um dado adquirido, imprescindível para o seu desenvolvimento. -----

----- Temos de garantir o direito ao futuro por parte das próximas gerações. -----

----- Vivemos numa sociedade democrática onde a liberdade do voto tem o poder de eleger quem for mais capaz de apresentar e aplicar soluções. -----

----- E se a liberdade e a democracia não se conquistaram num dia, também a resolução dos problemas do país e do Concelho não serão resolvidos de um momento para o outro. -----

----- No entanto, e tal como a democracia, terão de ser encarados com coragem, determinação e confiança. -----



----- A democracia não é apenas o facto de as pessoas poderem votar de quatro em quatro anos, é muito mais que isso. -----

----- Além da liberdade política também a liberdade social, o apoio que chegará a todos, e que deve chegar, a liberdade económica e cultural também, a possibilidade de o município poder também desenvolver iniciativas que possam abranger todas as pessoas, e isso, o nosso município esta a fazê-lo muito bem. -----

----- Dizer-vos também que há aqui diferentes quadrantes políticos e ainda bem, a democracia é exatamente isso, certamente que cada um de nós na nossa família política tenderá a escrever a história e a fazer uma interpretação do Vinte e Cinco de Abril que é à nossa maneira, aquilo que nós pensamos, a forma como vemos o mundo, mas certamente que uns não estão mais certos do que outros, nem outros estarão mais errados que os outros. -----

----- É consequentemente natural que muitos se interroguem se valeu a pena... -----

----- Claro que valeu. Afinal, não somos hoje, apesar das dificuldades, o mesmo País que éramos antes do 25 de Abril de 1974! -----

----- É por isso também natural que sabendo das dificuldades, não as ignoremos, e nem deixemos cair os braços e desistamos de lutar. -----

----- Cabem-nos responsabilidades como cidadãos com participação ativa nos órgãos políticos das nossas terras, que fiéis ao espírito do 25 de Abril, procuremos em todos os momentos, as melhores formas, sobre aquilo que de nós depender possamos agir de forma a contribuir para o reforço dos ideais da liberdade, justiça social e procura de condições de vida e acesso aos serviços básicos, bem como do reforço da cidadania dos nossos munícipes. -----

----- Havendo sempre esperança de dias melhores, há no entanto que agir. -----

----- A todos os que têm um papel ativo na vida do concelho, independentemente da área em que o façam e do lugar que ocupam, manifesto profundo respeito, certo de que não deixarão



em cada momento, mais do que celebrar um dia 25 de Abril, contribuam todos os dias com trabalho e dedicação para o bem-estar das populações. -----

---- Aproveito para homenagear todos os homens e mulheres que ao longo destes anos ocuparam os mais diversos cargos nos órgãos autárquicos. -----

---- Nas assembleias de freguesia, nas juntas de freguesias, nas assembleias municipais ou nas câmaras municipais. -----

---- Bem hajam por todo o trabalho e dedicação que deram à causa democrática e reforçaram uma das grandes conquistas de abril: a operacionalização do poder local. -----

---- Entre estes homens e mulheres que referi permitam-me que destaque um em particular, o Sr. Presidente da Câmara, Luís Machado, por tudo o que tem feito por este concelho, EU ACREDITO e tenho a certeza que o povo ainda lhe vai dar muito mais tempo para continuar com a entrega, coragem e dedicação que disponibilizou para servir as populações deste concelho, e assim fazer a diferença. -----

---- É natural que por vezes não estejamos todos de acordo mas há que reconhecer que Vossa Excelência é um símbolo vivo dos valores democráticos. Vossa Excelência simboliza abril. -----

---- E sugiro a todos, os que brevemente venham a ocupar lugares políticos nas próximas eleições autárquicas, nomeadamente os que o irão fazer pela primeira vez, que vejam em Vossa Excelência um exemplo a seguir. -----

---- Pessoalmente, quero agradecer-lhe a sua disponibilidade nas relações institucionais que mantemos e muito particularmente a sua amizade. Bem-haja. Obrigado! -----

---- Não nos esqueçamos, porém, que a LIBERDADE significa RESPONSABILIDADE e que a LIBERDADE que cada um de nós usufrui, cessa quando começa a do outro. -----

---- VIVA O 25 de ABRIL -----

---- VIVA A LIBERDADE -----



----- VIVA SANTA MARTA -----

----- VIVA PORTUGAL" -----

----- III) O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, Luís Reguengo Machado, proferiu o seguinte discurso:-----

----- O Senhor Presidente da Câmara, iniciou a sua comunicação, cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os elementos da mesa, os Senhores Vereadores, Deputados Municipais e público presente, constatando com agrado a grande presença dos jovens. -----

----- Referiu que desde o vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro, são celebradas duas conquistas, por um lado a conquista da liberdade e por outro a conquista do poder local, e assim sendo, aludiu ser com agrado que pela quarta vez neste mandato se dirige a todos os presentes como representante do Município. -----

----- Relembrou o dia em que pela primeira vez, durante a Sessão Solene das Comemorações do "25 de Abril", se dirigiu aos presentes para fazer um enquadramento da situação económica da Câmara Municipal, revelando as dificuldades que na altura tinham assumido, mas que paulatinamente têm sido ultrapassadas, na segunda vez, para grande surpresa de muitos, expôs os projetos e os sonhos para Santa Marta de Penaguião, cientes da má fase que se atravessava e das dificuldades que iriam enfrentar para se conseguir concretizar, contudo à que aguardar, pois, tanto podem demorar um ano, como dois, como três, como quatro, como toda a vida, na terceira vez, no ano passado, falou sobre o projeto para o Concelho, não só dos projetos em termos de obras, mas também um projeto de desenvolvimento para o Concelho de forma a estruturar o Concelho para que evolua, trazendo a felicidade às pessoas, e hoje pela quarta vez, pretende falar de liberdade, uma liberdade que poderá ser encarada de diversas formas e à nossa maneira, sempre com respeito pelos outros, acrescentando que a liberdade poderá ser encarada como um ato de fé, em tudo aquilo que nós Penaguienses



podemos acreditar, sobretudo nas nossas capacidades, e nas potencialidades do nosso Concelho, mais particularmente acreditar que em cada rosto haja igualdade, sendo importante, tal como alguém o disse e muitos o cantaram em abril de mil novecentos e setenta e quatro, “em cada rosto a igualdade”, um desígnio que este Executivo implementou nos últimos três anos que ministra o Município, assumindo liberdade como amor, o amor a uma causa que os políticos com responsabilidades Autarcas devem ter e sentir, assim como este executivo sente, pois para sentir Santa Marta de Penaguião é necessário conhecer o Concelho e as pessoas como imperativo de trabalho e dedicação, sendo reconhecido tanto nos nossos limites como fora. -----

----- Afirmou ainda a felicidade de ter um Presidente da Republica que põe na sua agenda diária os afetos, e que ninguém deverá esquecer, que, nunca como agora, desde que este executivo assumiu funções, houve tanta disponibilidade para atender os munícipes, pois a porta sempre esteve aberta para todos, falou da responsabilidade que tem enquanto autarca, conhecendo todos os sítios, todas as estradas boas, todas as casas boas, todas as estradas más, todos os caminhos difíceis, todas as casas em dificuldades, todas as pessoas que viver bem e as pessoas que vivem com dificuldades, corroborando a coragem de olhar as pessoas olhos nos olhos e de sentir Santa Marta de Penaguião, por amor à causa. -----

----- A liberdade também deve ser assumida como confiança, de que sabemos o que queremos, para onde queremos ir, e mais importante, sabemos como lá chegar, não tendo pressa, não queimando etapas, não entrando em loucuras, com respeito pelas diferenças, e que sempre foi apanágio do Executivo municipal, respeito pela gestão dos dinheiros públicos, e que em três anos o Município de Santa Marta de Penaguião subiu duzentos lugares, em trezentos e oito, no “ITM - Índice de Transparência Municipal”, revelando o respeito pelas pessoas e pela gestão dos dinheiros públicos, devendo-se assumir também liberdade como razão, onde há lugar à crítica e à discussão, sendo uma das grandes conquistas, pois nunca



houve tanto para discutir em Santa Marta de Penaguião como agora, sentindo-se orgulhoso porque hoje o Concelho está diferente, onde todos podem ter e expor a sua opinião, e onde principalmente ela é respeitada, salientou também a particularidade de não ser fácil ser-se livre, porque implica ter uma conduta séria e responsável, não opinando por de trás do anonimato, quer seja com ou sem razão, tendo a coragem e a frontalidade de dar a cara, pois, quando alguém quer ser livre e não assina por baixo não merece enaltecer essa liberdade conquistada em abril. -----

----- Exaltou também a necessidade e a propriedade de assumir liberdade como um sonho, sonhar com Santa Marta diferente, sonhar com os Penaguienses diferentes, sonhar que podemos e devemos ser de longe o melhor Concelho do país, sonhar essencialmente pelos Penaguienses, sonhar que a nossa liberdade é a liberdade de acreditar que dobramos a esquina, e que tem sido o “Slogan” deste Executivo, “dobrar a esquina”, principalmente desde que elegemos as pessoas como prioridade, fruto da dedicação deste Executivo, tanto nas crianças como nos idosos, nos idosos temos o “Programa de Medicamentos”, temos o “Via com Conforto”, programa habitacional, na educação foi feito um grande investimento para minimizar as dificuldades de aprendizagem, relativamente à cultura, referiu que nunca antes Santa Marta de Penaguião teve um investimento tão significativo, Contudo lembra que este investimento é a longo prazo e que por esse motivo não tem um retorno rápido, principalmente na educação, todavia era importante fazê-lo porque acreditamos que Santa Marta merece mas sobretudo as nossas crianças. -----

----- Depois, sonhar com o projeto de atratividade para o Concelho, tornando-o num Concelho de visita obrigatória a quem se deslocar ao Douro. -----

----- No que concerne às candidaturas ao “Portugal 2020”, informou que algumas delas já estão aprovadas, com o montante de 2.309.000,00€ (dois milhões e trezentos e nove mil euros), mas que ainda não estão no terreno, aludindo que o Executivo não está distraído, que



tem projetos e tem ideias, mas que efetivamente não tem pressa, porque as pessoas irão confiar neste Executivo garantindo que quando estiver concretizado Santa Marta será uma referência na região e no país e um orgulho para todos os Penaguienses. -----

----- Utilizando uma terminologia adjetival do Senhor Presidente da Republica, referiu que, este Município nunca viveu um ambiente “descripado” como atualmente, pois considera que as relações institucionais nunca tiveram tempo como hoje. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, informou ter recebido um telefonema do Senhor Diretor da Segurança Social do Programa Apoio alimentar, dando-lhe conta que não tinha cobertura para os Municípios de Santa Marta, Peso da Régua e Mesão Frio, por não haver ninguém para assumir esse projeto de ajuda alimentar às pessoas por considerarem um projeto difícil e de muito trabalho. Foi então sugerido pelo Senhor Presidente da Câmara, uma reunião nos Paços do Concelho de Santa Marta de Penaguião, com as cinco IPSS's do Concelho, o Senhor Subdiretor do Distrito da Segurança Social, uma Coordenadora, Moderadores, e ficámos a liderar o projeto em Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua e Mesão Frio, parecendo fácil trabalhar em Santa Marta, com os Grupos Culturais, os Grupos desportivos, e a própria Igreja, asseverando o compromisso, a seriedade e a proximidade das relações institucionais. -----

----- Salientou a importância de “dobrar a esquina”, e que efetivamente estamos a dobra-la, pois considera curioso que um Concelho em construção com tantas manifestações de opinião que há, ninguém ponha em causa este modelo de construção, com o “Douro” e a “Serra do Marão” que nunca ninguém ligou, e hoje, é tão simples dizer que o nosso Concelho abarca do “Douro” ao “Marão”, sendo ainda reconhecido neste mandato que para além de ser “Duriense”, é também “Serrano”, e que por isso todos os nossos amigos que vivem na “Serra” são Penaguienses como nós, pautado por um Concelho único, e de todos os Penaguienses.



----- Sublinhou que só é possível “dobrar a esquina”, tendo “espírito de missão”, mencionando que ninguém pode pensar em ocupar funções públicas só para ocupar lugar ou só para ter poder, se não tiver a convicção, o desejo, o empenho e a seriedade de vir para estas funções com espírito de missão para servir as pessoas e sentir-se missionário para uma missão que não é fácil, que não agrada a todos e que dá muito trabalho, mas que é muito gratificante. ---

----- Terminou por solicitar, que o “25 de abril” e a liberdade estejam sempre presentes nas decisões políticas mais importantes da Concelhia e que haja elevação nas lutas políticas que se avizinham e que os agentes políticos envolvidos nessas mesmas lutas estejam à altura de merecerem a honra de servir Santa Marta de Penaguião, pois se assim for, Santa Marta de Penaguião será certamente um Concelho de referência regional e nacional e um grande orgulho para todos nós Penaguienses. Viva o 25 de Abril, Viva Santa Marta de Penaguião.” -

----- **IV) O Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião, José Alberto Moreira Araújo, proferiu o seguinte discurso: -----**

----- *“Ex.^{mo} Senhor Presidente da Câmara Municipal; -----*

----- *Ex.^{mas} Senhora Vice-Presidente e Senhoras e Senhor Vereadores; -----*

----- *Ex.^{mas} Senhoras e Senhores Deputados Municipais; -----*

----- *Ex.^{mos} Senhores Presidentes de Junta de Freguesia; -----*

----- *Ex.^{mo} Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários de Santa Marta de Penaguião; ---*

----- *Ex.^{mo} Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários de Fontes; -----*

----- *Ex.^{mo} Senhor Comandante do Posto da GNR do Concelho; -----*

----- *Ex.^{mo} Senhores Párocos do Concelho; -----*

----- *Caras e caros Penaguienses; -----*

----- *Minhas Senhoras e Meus Senhores, -----*

----- *Os 40 anos das primeiras Eleições Autárquicas.-----*



----- A Revolução de Abril de 1974, levada a efeito pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), cujo 43º aniversário hoje aqui comemoramos nesta singela Sessão Solene, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista, e introduziu profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos e impulsionou transformações económicas e sociais. -----

----- O 25 de Abril, entre outras conquistas, deu aos portugueses a possibilidade de participarem e intervirem na resolução dos problemas locais, e a capacidade de eleger e serem eleitos para os órgãos das autarquias locais. -----

----- A 12 de dezembro de 1976, no seguimento dum intenso e fecundo trabalho, com uma ampla participação popular, realizado pelas comissões administrativas dos municípios e freguesias, criadas logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, tiveram lugar, em Portugal, as primeiras eleições democráticas para as autarquias locais, nos 304 municípios e 4034 freguesias, então existentes. -----

----- O Poder Local Democrático constituiu-se, deste modo, como uma das mais significativas transformações democráticas operadas com o 25 de Abril. -----

----- Parte integrante do regime democrático, e do seu sistema de poder, é amplamente participado, plural, colegial, democrático e dotado de autonomia administrativa e financeira, como está consagrado na Constituição da República Portuguesa. -----

----- O Poder Local Democrático afirmou-se, operando profundas transformações sociais, com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e superando enormes carências, nomeadamente na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências. -----

----- Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações, e para a resolução de muitos dos seus problemas, os sucessivos governos, têm prosseguido o ataque ao Poder Local, à sua autonomia e a elementos essenciais, com destaque para os obstáculos



ao processo da regionalização, ainda por concretizar, apesar de consagrado na Constituição, as consecutivas alterações ao regime jurídico e financeiro das autarquias e mais recentemente, o contestado processo de extinção e fusão de freguesias. -----

---- Neste momento de celebração do 43º aniversário do 25 de abril, quero aproveitar esta sessão solene para prestar a minha justa e reconhecida homenagem a todos os autarcas que, ao longo destes 40 anos, foram protagonistas do poder mais próximo das populações - Presidentes de Câmara, Presidentes e membros das Assembleias Municipais, Vereadores, Presidentes de Juntas e membros das Assembleias de Freguesia. -----

---- Nesta caminhada de quatro décadas, foram esses milhares de homens e mulheres, que construíram um Poder Local mais forte, único garante de coesão económica, social e territorial do País. -----

---- Esses milhares que, desde 1976, se apresentaram a eleições, e foram eleitos, para servir os Municípios e as Freguesias, num reconhecimento e afirmação da importância dos Princípios Constitucionais, para o exercício do Poder Local Democrático, que se revelou como a mais eficaz, e eficiente, forma de poder para a gestão democrática dos territórios, colocando-os ao serviço, dos verdadeiros interesses das populações. -----

---- O Senhor Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, referiu recentemente, numa cerimónia comemorativa dos 40 anos do poder local, realizada em Loures, o orgulho que é fazer parte da "família autárquica", recordando os seus tempos como autarca, primeiro em Cascais, depois em Lisboa e em Celorico de Basto, considerando que ser autarca é "uma grande aventura e um grande desafio", porque não se "gere papéis", mas lida-se com pessoas e com os seus problemas concretos. -----

---- Salientando que, e passo a citar "O poder local consegue fazer a sopa de pedra, resolver problemas com escassíssimos meios", e considera o poder local o "fusível de segurança da democracia". -----



----- Quarenta anos depois, o trabalho desenvolvido, e a obra realizada, no Município de Santa Marta de Penaguião, são os principais testemunhos, de uma ação qualificada que, ao longo dos mandatos, deu solução a problemas, encontrou respostas novas, acumulou uma diversificada experiência, e abriu caminho ao que de melhor, e mais diferenciadamente, o Poder Local apresenta, de património de realizações, no interesse das populações. -----

----- Uma intervenção, que soube, elevar a resolução de carências básicas (como as do abastecimento de água, higiene urbana, saneamento, arruamentos e eletrificação), erguer as questões do planeamento e ordenamento do território, incentivar a fixação de empresas, dar uma nova dimensão à atividade na área do turismo e fixar-se numa política de fomento cultural e desportivo. -----

----- Foi igualmente capaz de promover a valorização e qualidade de vida dos munícipes, e um ambiente urbano equilibrado, assente numa política de ocupação do solo e de gestão do espaço público, determinada pelo interesse da população, sem perder de vista o Movimento Associativo Popular, e outras formas de associação, nomeadamente, (coletividades de cultura, desporto e recreio, cooperativas, IPSS's, Associação de Bombeiros Voluntários e outras da área social), formas concretas de exercício de um poder específico, a nível local, muitas vezes, com um peso decisivo na vida das comunidades. -----

----- De quatro em quatro anos, os portugueses, são chamados a eleger os seus representantes nos vários órgãos do Poder Local Democrático. Embora este ato se revele de uma grande importância, não termina aqui a intervenção democrática das populações. -----

----- A intervenção, deve ser permanente, participando e intervindo na comunidade, onde estamos inseridos, pois, só assim, será possível colaborarmos nas decisões que interessam ao coletivo, que é essa comunidade. -----

----- Votar em quem nos representa nesses órgãos, não significa aligeirarmo-nos das nossas próprias responsabilidades na nossa vida coletiva. -----



- Participar e intervir nos locais e momentos próprios, não basta. -----
- A constante intervenção cívica permitirá que o Poder Local Democrático saia sempre reforçado, em benefício coletivo. -----
- A intervenção cívica não se deve bastar com o mero exercício do direito de sufrágio ou do direito de eleger e ser eleito. -----
- Deve ser muito mais do que isso, e deve abarcar a possibilidade real, de influenciar a tomada de decisões dos órgãos autárquicos do seu concelho, e de ter espaços para dizer de sua justiça e para exprimir as suas ideias, com bom senso e ponderação, no respeito, também, dos direitos dos outros. -----
- É nesse contexto, que surge o Orçamento Participativo, que, como um novo experimentalismo democrático, surgiu no Brasil em 1989, em Porto Alegre, e que depressa se propagou a outros países da América do Sul, da Europa e de África, embora com configurações e significados locais muito dispares e diferenciados. -----
- Essa cultura democrática, partilhada, procurou minorar a desilusão dos cidadãos pelos sistemas políticos tradicionais, e recuperar a confiança dos cidadãos nas instituições e na classe política, em especial, estabelecendo uma relação de diálogo permanente com a população e desenvolvendo nos cidadãos uma intervenção mais próxima e decisiva na gestão pública local. -----
- Dessa forma peculiar se consolida uma cultura de participação dos cidadãos, e de práticas de cidadania ativa, e de construção coletiva de soluções, para os problemas locais, estreitando as relações entre as autarquias e os munícipes, reforçando os mecanismos de transparência e de credibilidade do poder local, e aperfeiçoando a qualidade da democracia.
- No início do presente ano, o Ministério da Educação, através do despacho n.º 436-A/2017, introduziu um debate alargado nas escolas sobre o Orçamento Participativo, visando melhorar



a qualidade da democracia, através do reforço da participação cívica, como é referido no preâmbulo do despacho, e que passo a citar. -----

----- "Melhorar a qualidade da democracia, nomeadamente, através do desenvolvimento de novos mecanismos de participação cívica a nível nacional, constitui uma prioridade clara do atual Governo. O défice de participação e o afastamento e desconfiança dos cidadãos relativamente às instituições democráticas são, hoje, fenómenos transversais à Europa, aos quais todos os Governos têm que saber dar resposta. -----

----- O Orçamento Participativo, constitui um instrumento, que tem vindo a ser adotado por um conjunto crescente de instituições públicas e órgãos de administração local, reconhecendo-se as suas mais-valias, no sentido de aprofundar a reflexão, a transparência e a participação dos cidadãos nas decisões políticas, nomeadamente, no que concerne às necessidades e investimentos mais prementes das suas comunidades locais. -----

----- Para muitos estudantes, a criação de um Orçamento Participativo das Escolas constituirá uma primeira oportunidade para participar num processo formal de apresentação e discussão de propostas de intervenção, assim como de votação, com impactos significativos na sua formação, enquanto cidadãos responsáveis, informados e participativos". -----

----- Deste modo, e a exemplo do que aconteceu nas escolas, e do que já é prática em alguns Municípios Portugueses, tomei a liberdade, dada a pertinência e atualidade desta temática, e na convicção de estar a interpretar o pensamento e recetividade do executivo municipal para com esta matéria, pois não tenho dúvidas de que o Senhor Presidente e demais membros do executivo, têm bem presente e assumido que: -----

----- - A participação dos cidadãos na sua vida e nos seus destinos, é para lá de um direito constitucionalmente garantido, uma obrigação para com a comunidade politicamente organizada. -----



----- *Ouvindo os cidadãos percebe-se melhor as necessidades concretas das pessoas, toma opções mais conscientes e torna mais eficiente e eficaz a sua intervenção social e comunitária.* -----

----- *Embora sujeita a apreciação técnica e jurídica, a juízo de oportunidade e a critérios de racionalidade financeira, a concretização das propostas e sugestões dos cidadãos dá sentido à democracia participativa e torna-a mais vivida e genuína.* -----

----- *Assim, e para terminar, aqui deixo, em jeito de desafio, o meu empenho e compromisso, de ver materializado, no nosso concelho, a implementação do Orçamento Participativo, como um processo de participação dos cidadãos na tomada de decisão sobre os investimentos públicos municipais, constituindo uma nova forma de governação, assente na participação direta dos cidadãos, na identificação dos problemas e das necessidades locais, na definição das prioridades na implementação dos projetos, assim como, na sua monitorização e avaliação.* -----

----- *Viva o 25 de Abril;* -----

----- *Vivam as gentes de Penaguião;* -----

----- *Viva Portugal."* -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão Ordinária do mês de abril, colocou à consideração dos Senhores Deputados a integração da Deputada Leila Vanessa Rodrigues Queirós Cardoso na Mesa da Assembleia, em substituição do Senhor Deputado António Júlio Alves Fernandes, que por motivos de saúde não pode estar presente, a quem deseja as rápidas melhoras. -----

----- Seguidamente foi feito o registo das presenças. Foram aceites as justificações das faltas dos Senhores Deputados António Júlio Alves Fernandes (PS), Adérito Ribeiro Silvério (PPD/PSD), Susana Maria Gregório Cardoso Moutinho (PPD/PSD), Rui Manuel de Carvalho



Monteiro Ribeiro (PPD/PSD) e dos Senhores Presidentes de Junta, Manuel Augusto Mesquita Pinto (PPD/PSD) e Hugo Alexandre Cunha Sequeira (PPD/PSD), que não se fizeram representar. -----

---- Foi igualmente aceite a substituição de Susana Maria Gregório Cardoso Moutinho, pelo Senhor Francisco José Guedes Gouveia Reis (PPD/PSD). -----

---- Após a verificação da existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia aproveitou para manifestar o reconhecimento pelo gesto simbólico de entrega de uma lembrança aos deputados, pelo Executivo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, aludindo que é sempre bom, em determinados momentos, sermos reconhecidos e seguidamente declarou aberta a sessão. -----

---- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”** -----

---- **1.1 – Apreciação e votação da Ata da sessão anterior.** -----

---- O Senhor Presidente da Mesa solicitou a concordância do Plenário para dispensa da leitura da ata da sessão, realizada no dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezassete, uma vez que a mesma tinha sido distribuída, com antecedência, a todos os membros. -----

---- A ata foi colocada à discussão, e, não havendo pedidos de intervenção foi sujeita a votação. -----

---- **DELIBERAÇÃO: Aprovado, por maioria, com a abstenção do Senhor Deputado do PPD/PSD, Dr. Paulo Prior, pelo facto de não ter estado presente na respetiva sessão.**

---- **1.2 – Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos.** --

---- O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento aos Senhores Deputados Municipais da correspondência recebida e informou que participou na primeira reunião da criação da “Associação Nacional das Assembleias Municipais”, que teve lugar em Lisboa, promovida pela anfitriã Helena Roleta, Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, na qual foram aprovados os Estatutos, no entanto, o Senhor Presidente da Assembleia entendeu



não aprofundar o assunto, nesta sessão, dado que provavelmente seria muito próximo da hora de almoço, considerando não ser o momento mais oportuno, e que fá-lo-ia na próxima reunião, remetendo com antecedência alguns documentos que lá foram distribuídos e comprometendo-se a fazer uma resenha do conteúdo dessa reunião. Acrescentou, apenas, que estiveram presentes trinta e uma Câmaras do país, inclusive da Madeira e dos Açores. -

----- **1.3 – Assuntos de interesse para o Município.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de inscrição para intervenção dos Senhores Membros da Assembleia Municipal, solicitando o uso da palavra o Senhor Deputado Jóni Madureira, para dizer o seguinte: -----

----- *“Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, público em geral, gostava de dar os parabéns ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pelo seu discurso e pela coragem política de trazer a discussão do Orçamento Participativo, conto com o seu esforço para influenciar o Executivo Municipal Socialista a aplicar o Orçamento Participativo no Concelho, uma vez que estes foram, até à data um entrave à sua aplicação, uma vez que rejeitaram a proposta das Vereadoras do PPD/PSD que propunham a criação do Orçamento Participativo na discussão do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2017.”* -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrado o período de “Antes da Ordem do Dia”, passando ao período seguinte. -----

----- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **2.1** – Informação do Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----



----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de debate a quem desejasse intervir, não havendo quaisquer pedidos deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou, novamente, todos os presentes e constatou, com agrado, uma existência considerável de público a assistir à Sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Agradeceu as palavras do Senhor Presidente da Assembleia, relativamente à organização da “Sessão Solene do 25 de Abril”, contudo lamenta que a oposição (PPD/PSD) não tenha acompanhado a cerimónia. Salientou a presença da “Banda de Música da Cumieira” que proporcionou momentos de excelência e enalteceu o envolvimento do Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião, aludindo ao facto de todos terem a oportunidade de participação. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, para além das informações que foram enviadas aos Senhores Deputados, partilhou na Assembleia algumas atividades do Município que fazem parte do projeto para o Concelho, um projeto para ser executado sem pressa, de máxima confiança para o Executivo, assim como para os Penaguienses, considerando ser os alicerces do desenvolvimento do nosso Concelho. -----

----- Lamentou o facto de existirem pessoas que não se assumem e se escondem atrás do “Facebook”, utilizando desrespeitosamente uma das referências do nosso Município, “Frei João de Mansilha”, para criticar sem fundamento a atividade Municipal, todavia, e contrariamente a isso, o Executivo já tem os projetos perfeitamente enquadrados, em alguns casos aprovados. Referiu o facto de, atualmente, não ser possível ter um montante financeiro à disposição e fazer dele o que quisermos, e que atualmente têm que partilhar com dezanove Municípios os montantes do “Portugal2020”, para além disso, após um ano a negociar na “CIM Douro” e “PRODER”, tinha sido prometido pelo então Presidente da “CCDR”, o Professor



Emídio Gomes, 24.000.000,00€ (vinte e quatro milhões de euros) para os dezanove Municípios. Sendo 14.000.000,00€ (catorze milhões de euros) numa primeira fase, em dois mil e dezassete, e 10.000.000,00€ (dez milhões de euros) numa segunda fase, em dois mil e dezoito, à condição da “CCDRN” ser chefe de fila, no entanto, mudou a Presidência da “CCDRN” e o atual Presidente abdicou da condição de ser chefe de fila, reduzindo de 24.000.000,00€ (vinte e quatro milhões de euros) para 8.000.000,00€ (oito milhões de euros), salientando que, nesta altura, do “Portugal2020” há apenas 8.000.000,00€ (oito milhões de euros) para os dezanove Municípios, pelo que antevê a necessidade de mais uma ano para negociar o “PRODER”, onde constam projetos tão importantes como o “Douro Vivo”, e “Espírito Santo”. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara lembra que o Executivo não irá hipotecar o futuro, só para ter “maneio eleitoralista”, assumindo com frontalidade e coragem que não será possível o “Portugal2020”, pois não foi aprovado no “PAMUS”, o “interface” que o aviso só fecha dia trinta e um de maio, havendo sessenta dias para aprovação das candidaturas, terminando em finais de agosto, e, se optar pelo procedimento público terminará em janeiro de dois mil e dezoito. -----

----- Salientou a importância destes factos para consciencializar todos aqueles que criticam, anonimamente, sem saber exatamente o que se passa, acrescentando que o único contrato realizado foi através da “PARU”, relativamente à regeneração urbana, e que está na mesma situação, pois, quando vier ou quando depender exclusivamente do Executivo, ou seja, apenas do procedimento Municipal, já agosto passou, e, naturalmente este ano não será possível investir, não obstante, estes serão os projetos que vão avançar, sendo esta a ideia para o Concelho. -----

----- Relativamente à “Zona Oficial”, houve alguém que falou de forma anónima e sem conhecimento, todavia, já há oito projetos aprovados, estando o nono em aprovação, o que



totaliza uma percentagem de 50% (cinquenta por cento) de ocupação, devendo-se ter em conta a conjuntura difícilíssima em que nos encontramos, em que muitas das propostas não avançaram por uma questão de financiamento dos privados, mas em condições de avançar, não devendo ser considerando como uma aposta falhada do Executivo, e que deve merecer pelo menos o respeito, atendendo às dificuldades que atravessamos em quatro anos. -----

----- Lembrou também, que relativamente ao loteamento do “Sol Nascente” a situação é exatamente a mesma, pois quando este Executivo tomou posse havia sete lotes, apenas um já estava constituído, neste momento foram vendidos mais quatro, o que perfaz cinco no total e que ultrapassa em longa margem os 50% (cinquenta por cento) salientou, uma vez mais, as dificuldades conjunturais que se atravessa e que, mesmo assim, o Executivo conseguiu rentabilizar aquele espaço. -----

----- Relativamente à situação do terreno da “mitra”, que se encontrava numa situação de abandono e que ninguém sabia a quem pertencia, informou que está a ser intervencionado e brevemente irá surgir lá uma habitação. -----

----- No que respeita às áreas florestais e sua conservação, celebrou-se um protocolo com a “Flor Douro Norte” no sentido de fazer uma candidatura para “Sapadores Florestais”, lembrando que em dois mil e quatro, dois mil e cinco, era oferecido aos Municípios essa oportunidade com um encargo de cerca de 36.000,00€ (trinta e seis mil euros) por ano, todavia, apesar da candidatura oferecer os meios e as viaturas, existe uma preocupação relativamente à área, pois um dos requisitos de submissão da candidatura são as dimensões mínimas de dois mil e quinhentos hectares e o Município de Santa Marta de Penaguião tem dois mil quinhentos e vinte, estando mesmo no limiar mínimo, além disso há vinte candidaturas para o país inteiro, e, seria bem mais fácil se tivéssemos a “Associação de Municípios do Marão”, apenas faltando chegar a consenso com os concelhos vizinhos quanto ao modelo de gestão. No entanto, é curioso verificar a indisponibilidade de alguns Municípios, quando dois



deles aceitaram o modelo de gestão da “Estrada Nacional n.º 2”, que assenta no modelo de “Associação de Municípios”, não se entendendo a razão de não aceitarem o mesmo modelo para o Marão. -----

---- Falou também da valorização do “Marão”, convidando a descobrir novos sítios, assim como foi feito com o “Rio Aguilhão”, ou, “Rio Arcadela”, que é considerado pelos pescadores, do norte do País, como um dos melhores para a pesca da truta, tendo o Município o privilégio, pela primeira vez, de contribuir para o repovoamento do rio com trutas. -----

---- No que concerne aos “Grupos Culturais”, salientou a coragem e seriedade do Executivo Municipal, em ano de eleições autárquicas, reduzir em 50% (cinquenta por cento) o aumento anual do subsídio aos grupos. -----

---- Partilhou também duas situações preocupantes, que envolvem duas Juntas de Freguesia lideradas pelo partido da oposição (PSD), a Freguesia de Fontes, que reiteradamente tem faltado às Sessões da Assembleia Municipal e que em matéria de respeitabilidade pelo “25 de Abril”, é nula, e a Junta da União de Freguesia Louredo-Fornelos que tem acusado o Executivo de não deixar fazer o “Pontão de Cortiçadas”, nesse sentido, para que não restem dúvidas, o Senhor Presidente da Câmara explicou que o Senhor Presidente da Junta disse que era necessário fazer o pontão e que já tinha pedido um orçamento que rondaria entre os 2.000,00€ (dois mil euros) e os 5.000,00€ (cinco mil euros), e adjudicou a obra a um empreiteiro, esquecendo-se que era necessário solicitar um parecer à “Direção Regional do Ambiente”, pois fazer o pontão sem parecer dava no mínimo uma coima de 30.000,00€ (trinta mil euros), todavia, a Câmara sempre se mostrou disponível para fazer o pontão, mas só depois de ter o parecer que chegou a vinte e três de março, juntamente com o parecer de “Banduge”, e, a vinte e quatro de abril a Câmara abriu o procedimento para o pontão, no entanto, e para que não restassem dúvidas, acrescentou que o Senhor Presidente da Junta ia fazer um pontão acreditando que o valor mais alto seria de 4.600,00€ (quatro mil e

seiscentos euros), mas na verdade só o pontão terá um custo de 20.300,00€ (vinte mil e trezentos euros) e que, independentemente disso, as necessidades das pessoas estavam salvaguardadas porque havia sempre alternativa, e, apelando aos princípios e à seriedade do “25 de Abril”, considera preferível fazer as coisa como deve ser e não arriscar a pagar mais do valor da obra em multas, porque na verdade foi solicitado aos Senhores Padres para avisarem na missa dominical que a Câmara Municipal iria fazer a obra, como vai fazer, no entanto, apenas com as condições legais. -----

----- Relativamente à “Estrada Nacional n.º 2”, o Senhor Presidente referiu que estava a correr muito bem, pois, só este ano em termos de visitas e passeios organizados, será ultrapassada as duas mil pessoas, alertando para a importância dos privados em aproveitar esta oportunidade, destacando, que está a correr tão bem que o “Turismo de Portugal” disponibilizou os meios técnicos, nomeadamente os recursos humanos para encontrar candidaturas ou valorizar a “Associação de Municípios” e que, dia após dia, se vem consolidando e constituindo uma grande oportunidade para Santa Marta de Penaguião. -----

----- No projeto do Marão, esta haver dificuldade em chegar a um consenso com alguns Municípios para definir o modelo de gestão a aplicar, que poderá ser pelo facto de sermos vizinhos e estarmos muito próximos, o que dificulta esta situação, no entanto, a ideia da “Associação de Municípios” como modelo é a mais consensual, porém demora o seu tempo. Ainda sobre o “Marão”, transmitiu que será colocada uma “comunidade de colmeias”, sendo transferidas de um Município vizinho da “CIM Douro”, referiu também, a concretização de uma aposta na “Povoa da Serra”, que parecia impossível, mas que paulatinamente, neste momento, as pessoas já se mostram mais disponíveis para ceder os imóveis, quer seja por venda ou aluguer, de forma a criar a “Aldeia do Marão”, uma referência do Marão que trará riqueza ao Concelho. -----



----- Referiu também a iniciativa do "TOQUE" - Tunas Rurais, a sua inscrição no Património Cultural Imaterial (PCI), lembrando que anteriormente cada Município tinha que fazer a sua candidatura para as Tunas, porém no caso da Tuna de Carvalhais e Soutelo, o Senhor Delegado Regional fez uma candidatura única para todos, o que lhe confere uma maior importância e mais condições de sucesso. -----

----- Para terminar, o senhor Presidente informou, com agrado, que a Câmara Municipal será distinguida durante o mês de maio, pelo "IPIC" – Índice de Presença na Internet das Câmaras Municipais, que avalia o estado da modernização digital das autarquias e o nível da sua relação eletrónica com os Municípios. Aproveitou a oportunidade para dar os parabéns a todos os que trabalharam no site da Câmara Municipal, reconhecendo que está muito simpático, muito acessível e muito funcional, desejando que os Penaguienses também gostem. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, que iniciou a sua intervenção referindo que falar da seriedade do "25 de Abril" não é retórica é aplicá-la na prática, principalmente no que toca às Juntas de Freguesias, tratando-as por igual mesmo aquelas que são diferentes e independentemente da cor política. Disse que analisou o documento relativo às transferências de capital, Alvações do Corgo 19.049,00€ (dezanove mil e quarenta e nove euros), Cumieira 17.414,00€ (Dezassete mil quatrocentos e catorze euros), Fontes 6.840,00€ (seis mil oitocentos e quarenta euros), Medrões 24.203,00€ (vinte e quatro mil duzentos e três euros), Sever 9.321,00€ (nove mil trezentos e vinte e um euros), União de Freguesias de São Miguel, São João de Lobrigos e Sanhoane, 14.782,00€ (catorze mil setecentos e oitenta e dois euros), União de Freguesias de Louredo-Fornelos 8.469,00€ (oito mil quatrocentos e sessenta e nove euros), salientou que o "25 de Abril" é tratar por igual todas as freguesias, independentemente da cor política, sendo um princípio que deveria ser respeitado pelo Senhor Presidente da Câmara. -----



----- Relativamente aos projetos, o Senhor Deputado Paulo Prior, referiu que passados quatro anos a Câmara Municipal ainda está a discutir projetos sem apresentar nenhuma obra, lamentando que a "Zona Oficial" é hoje aquilo que se conhece e não o sucesso que o executivo veio a apregoar no início do mandato, aludindo que nada mudou e que apenas só mais uma empresa foi instalada, todavia, deseja que os projetos existentes tenham sucesso. No que concerne aos apoios comunitários para os projetos, referiu que em dois mil e dezasseis alguns Municípios, do nosso distrito, conseguiram aprovar os seus projetos, e que muitos particulares do nosso distrito também obtiveram aprovação para os seus projetos, contudo, a Câmara Municipal não conseguiu qualquer apoio e expôs que a verdadeira razão para que tenha ocorrido a alteração dos montantes acordados de 24.000.000,00€ (vinte e quatro milhões), para 8.000.000,00€ (oito milhões), deveu-se a alteração do Governo que é gerido pelo Partido Socialista com o apoio dos restantes partidos de esquerda, resultando na alteração das políticas assente na devolução de rendimentos principalmente aos Funcionários Públicos. Ainda que seja uma opção legítima, defende que deveria ser a um ritmo diferente, apontando a solução do anterior Governo, a tudo isto acresce a obrigação de cumprir um défice de 2% (dois por cento), que é de louvar, porém todas estas medidas expõem o reverso da medalha porque os apoios comunitários, além da participação comunitária tem também a participação Nacional, sendo esse o motivo da alteração de 24.000.000,00€ (vinte e quatro milhões), para 8.000.000,00€ (oito milhões), pois todas estas alterações de políticas também prejudicou muito o "Portugal 2020", referindo ser do conhecimento Público através da comunicação social. -----

----- Terminou afirmando que, passados quatro anos o executivo ainda está a discutir propostas, não apresentando qualquer obra até ao momento. -----

----- Solicitou a Palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para rebater as palavras do Senhor Deputado Paulo Prior, questionando se o Senhor Deputado tinha conhecimento

que o “PRODER” tem 74.000.000,00€ (setenta e quatro milhões de euros) para a zona norte e que não foi mexido porque o Senhor Presidente da “CCDR”, de então, retirou das “CIM’s”, nomeadamente da área metropolitana do Porto o “PRODER”, reduzindo-o a zero porque tinham outros avisos, contudo o montante do “PRODER” não foi mexido sendo no valor de 74.000.000,00€ (setenta e quatro milhões de euros), pois, só em dois mil e dezoito serão renegociado os quadros comunitários, ficando os valores estanques, não podendo ser mexido. Por esse motivo, o Senhor Presidente da “CCDR” entendeu retirar o “PRODER”, porque só a área metropolitana do Porto, consomem mais de 80% (oitenta por cento) dos recursos para o norte, para além disso houve a situação que desencadeou a demissão do Senhor Presidente da “CCDR”, sendo os 74.000.000,00€ (setenta e quatro milhões de euros) divididos pelas “CIM’s”. -----

----- Relativamente às transferências de capital, o Senhor Presidente da Câmara questionou o Senhor Deputado Paulo Prior, se tinha conhecimento que a Câmara deu 7.500,00€ (sete mil e quinhentos euros) ao Grupo de Cantares de Fornelos para recuperar a Sede, que é propriedade da Junta, e que, segundo o grupo de Cantares de Fornelos, tinham pedido à Junta de Freguesia ajuda para recuperar o telhado, mas como não foram atendidos foram pedir ajuda à Câmara Municipal que atribuiu 7.500,00€ (sete mil e quinhentos euros), e se a esse valor for somado o valor das transferências, deverá rondar o mesmo valor que é atribuído às restantes Juntas de Freguesias. -----

----- Quanto à Junta de Freguesia de Fontes, o senhor Presidente da Câmara referiu que em dezembro, na sequente intervenção de um membro da Assembleia Municipal, durante a Sessão, assumiu a requalificação do “Cruzeiro” de Fontes, contudo ficou surpreso ao saber que quinze dias depois o Senhor Presidente da Junta de Fontes, mandou fazer um “outdoor” com a indicação de “requalificação do Cruzeiro”, mas efetivamente esqueceu-se de por lá a imagem do “Cruzeiro” que será requalificada. Mais informou que a Junta de Freguesia de



Fontes, inscreveu no plano de atividades da Freguesia cerca de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos), e pede à Câmara Municipal 10.500,00€ (dez mil e quinhentos euros) para fazer as obras de requalificação, não entendendo a razão de pedir tal montante, pois se não tem dinheiro para a requalificação do “Cruzeiro”, esperava que a Câmara o fizesse, lamenta ainda que digam que a Câmara não dá dinheiro, o que não corresponde a verdade, pois se levarem em conta o que já foi investido na “Fundação Dr. Carneiro Mesquita” e o que já foi atribuído aos Bombeiros Voluntários de Fontes, irão constatar o grande investimento que Câmara Municipal esta a fazer, inclusive em sítios onde foi prometido pela Junta de Freguesia. -----

---- Em relação aos investimentos do Município, nos investimentos de capital, relembra que o Município já levou a efeito no primeiro ano do mandato, em dois mil e treze, um “Orçamento Participativo” realizado com todos os Presidentes das Juntas de Freguesias, onde se estabeleceu o que queriam para os quatro anos, ficando acordado os montantes de capital a investir, no entanto, o Senhor Presidente da Câmara concordou ser pouco e que gostaria de poder dar mais, mas que ninguém poderá por em causa o cumprimento do acordo assumido para os quatro anos, e, que foi deliberado por unanimidade. -----

---- No que toca aos projetos, corroborou a existência dos projetos de Mondim, Murça, Vila Real, Sabrosa, Mesão Frio, Boticas, Ribeira de Pena, Montalegre e Vila Pouca, mas do “Portugal 2020” só veio para os projetos de Escolas e Santa Marta de Penaguião já tem a sua feita, sendo a maior obra de sempre, nesse sentido o Senhor Presidente da Câmara apela à seriedade e ao reconhecimento da oposição, pois a obra da escola foi integralmente feita no atual mandato. -----

---- Sobre a “Zona Oficinal”, lembrou que a medida implementada foi aprovada por unanimidade na Câmara e aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal, não entendendo como pode agora ser alvo de críticas pelos mesmos que a aprovaram, e, lembrou também, que quando a medida foi aprovada não havia nenhum lote vendido,



havendo neste momento oito projetos aprovados, no entanto compreende que o investimento privado vem a “reboque” do público, sendo necessário esperar que haja investimento publico para haver privado e, desta forma, haver uma conjuntura nacional que permita que as pessoas alavanquem, esclarecendo que a razão de alguns privados não terem crédito, se deve à banca que não aceita que se dê o imóvel e o terreno como garantias, porque estão a pedir fiadores e, atualmente, não é fácil arranjar fiadores. -----

----- Os projetos já foram todos discutidos, em dois mil e quinze falou-se dos projetos, em dois mil e dezasseis disse os projetos que eram pretendidos, mas neste momento já não se discute mais, faltando apenas que venha o financiamento, pois que ninguém tenha ilusões que este Município possa fazer uma obra de 200.000,00€ (duzentos mil euros), 300.000,00€ (trezentos mil euros) ou 400.000,00€ (quatrocentos mil euros), sem financiamento, compreendendo que tenha existido quem optasse por fazer sem investimento Comunitário, enfrentando maiores dificuldades, no entanto, o Senhor Presidente salienta que não irá hipotecar o futuro por causa das eleições, pois quem vier a seguir não terá motivos para falar do atual Executivo, contudo, o (PSD) andou vinte anos a dizer que este Concelho só tinha obras, só tinha betão e alcatrão, e agora que este Executivo está a investir nas pessoas, querem betão, não se entendendo a contradição. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu outro investimento muito divulgado e que vem nos jornais, relacionado com “Zonas Oficinas” e “Zonas Industriais”, e que relativamente às fundos comunitárias apenas estão contempladas as escolas, zonas oficinas, pontualmente um contrato programa para recuperação de um edifício religioso, ou para parques desportivos, todavia, decidiram manter o relvado natural no estádio municipal e uma vez que o campo de treino não tem as medidas mínimas para receber um sintético, é essa a razão de não ser possível de haver um contrato programa para os sintéticos, pois que fique bem claro, do “Portugal2020”, excluindo as Escolas, Zonas Oficinas e Contratos Programa para Parques



Desportivos, ainda não saiu mais nada e a única coisa que foi feita até hoje foi a assinatura do contrato da PARU - Plano de Ação da Regeneração Urbana, que Município de Santa Marta de Penaguião já o tem aprovado pela CCDRN – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região Norte, e, que só não foi mais cedo porque foi-nos dito que o Projeto “Frei João de Mansilha”, projeto de referência no Douro e reconhecido por todos, não podia ser através do “PARU”, porque não era permitia alteração de fachada, nem demolição, contudo, após o Senhor Presidente da Câmara falar com o Senhor Secretário de Estado, obtive a informação que podia incluir o projeto no “PARU”, porém para a “CCDR” não podia ser. Por fim, no meio de alguma controvérsia, foi assinado o contrato e já podia ser, mas agora vamos fazer o que já havia sido planeado e aguardar se o “Frei João de Mansilha” é para este ano ou será para o próximo ano, mas seja quando for será bem feito como foi a escola, e que tanto nos orgulha a todos. -----

----- Terminou, dizendo que é com gosto e confiança, em termos da seriedade e da gestão, que não se sentem envergonhados, bem pelo contrário, sentem um grande orgulho pelo que já foi alcançado. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado António Júlio, questionando o Senhor Deputado Paulo Prior quanto à “Zona Oficial” qual seria o seu entendimento, o que faria numa situação em que os proprietários do terreno não têm disponibilidade financeira para fazer as obras, tendo em conta todas as dificuldades que temos no país, e, relembra que da parte da Câmara Municipal, o que poderia ser feito, foi feito através da redução do valor para 1€ (um euro) o metro quadrado, sendo de salutar a coragem do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, indicando que relativamente à “Zona Oficial”, foram feitas várias propostas, várias exposições, e que sobre tudo a sua opinião, acompanha a posição oficial do (PPD/PSD), lembrando que há dez anos foram contra a instalação da “Zona Oficial” naquele lugar e que deveria ter sido implementado no lugar do



“Vale do Rodo”, salientando que é da competência do atual Executivo dinamizar a “Zona Oficial” e que quando o (PSD) apresenta alguma proposta é sempre reprovada, recordando que (PPD/PSD) apresentou a proposta do “Orçamento Participativo” e o restante Executivo votou contra, ficando surpreendido pelo veto de uma proposta que o próprio Executivo mencionou no seu programa eleitoral. -----

---- Solicitou a palavra o Senhor Deputado António Júlio, aludindo que compreende o que o Senhor Deputado Paulo Prior quer dizer, contudo pede que deixe de falar no passado e se algo foi mal feito é preciso corrigir, procurar soluções, pois não acredita que tirar os lotes a quem comprou e transformar aquela zona em outra coisa seja a solução. -----

---- **Deliberação: Tomado Conhecimento.** -----

---- **2.2** – Deliberar sobre a nomeação da sociedade C & R RIBAS PACHECO, SROC, como auditor externo, responsável pela Certificação Legal de Contas (n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro). -----

---- Presente a proposta da Câmara Municipal de alteração do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos que Frequentam o Ensino Superior, com seguinte teor: -----

---- *“Com a publicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, determina que a prestação de contas seja remetida ao órgão deliberativo para a apreciação, juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedades de revisores de contas.* -----

---- *Na sequência da aprovação do parecer prévio pelo Executivo Municipal em 05/04/2017, foi colocado no mercado o concurso de ajuste direto em referência, tendo sido usado para o efeito a plataforma eletrónica de contratação.* -----

---- *Foi convidada a apresentar proposta a firma C & R RIBAS PACHECO, SROC.* -----



----- Face ao exposto e de acordo com o estipulado no artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos, não há lugar à audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final.

----- Assim, depois de verificado o estipulado no Caderno de Encargos, temos: -----

----- O n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, estabelece que o auditor externo responsável pela certificação legal de contas é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo. -----

----- Pelo referido sugere-se: -----

----- Que a adjudicação seja feita à empresa C & R RIBAS PACHECO, SROC pelo valor de 9.960,00 €/ano, ao qual acresce a taxa de IVA legal em vigor e seja submetida à reunião do Executivo Municipal para apreciação; -----

----- Que em caso de aprovação pelo órgão executivo, seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal nos termos do n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro."

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada no dia 18 de abril de 2017. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de intervenção foi o assunto colocado a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade.** -----

----- **2.3** – Apreciar e votar o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas - 2016 (alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas, para aprovação da Assembleia Municipal, do seguinte teor: -----

----- "O Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano financeiro de 2016, refletem a atividade municipal desenvolvida, os recursos humanos e a situação económica e financeira do Município de Santa Marta de Penaguião. -----



----- Constituindo estes documentos um importante instrumento de apoio à gestão municipal, pretende-se que os mesmos possam traduzir e visualizar as informações, através de mapas, gráficos e demais indicadores de análise apresentados, procurando espelhar-se aquela que foi a actividade desenvolvida pelo Executivo, no quadro das suas atribuições e competências.

----- Estes documentos encontram-se elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54.º-A/99, de 22 de Fevereiro e apresentados conforme estabelece a Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001 – 2.ª Secção, que aprovou as Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL, publicada no Diário da República n.º 191 – II Série, de 18 de Agosto de 2001. -----

----- Conforme o estipulado no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2016 e que se apresentam são os seguintes: -----

- *Balanço*
- *Demonstração de resultados*
- *Mapas de execução orçamental:*
 - *Controlo orçamental (receita e despesa)*
 - *Resumo da Execução da Receita e da Despesa*
 - *Execução anual do Plano Plurianual de Investimentos*
 - *Execução anual do Plano de Atividades Municipal*
 - *Fluxos de Caixa*
 - *Contas de Ordem*
 - *Mapa de Operações de Tesouraria*
- *Anexos às Demonstrações Financeiras*
 - *Demonstração dos resultados financeiros*



- *Demonstração dos resultados extraordinários*
- *Ativo Bruto*
- *Amortizações e Provisões*
- *Modificações do orçamento (despesa-Receita)*
- *Modificações do Plano Plurianual de Investimentos*
- *Modificações do Plano de Atividades Municipal*
- *Contratação administrativa – situação dos contratos*
- *Transferências correntes e de capital (receita e despesa)*
- *Empréstimos e outras dívidas*
- *Outros documentos*

----- Deste modo, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 35.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submete-se à apreciação do Executivo: -----

- a) *A aprovação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório relativos ao ano financeiro de 2016, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, de acordo com o estabelecido na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º, do mesmo Anexo; -----*
- b) *A aprovação do resultado líquido do exercício e que o mesmo seja levado à Conta 59 – Resultados transitados, nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL. -----*

----- Em conformidade com o estabelecido na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo da referida Lei, os Documentos de Prestação de Contas, são apreciados e votados pela Assembleia Municipal, devendo ser enviados ao Tribunal de Contas até 30 de Abril, de acordo com o determinado no n.º 4 do artigo 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, na sua atual redação.” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por maioria, em reunião da Câmara Municipal realizada no dia 18 de abril de 2017. -----



----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de intervenção foi o assunto colocado a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Aprovado, por maioria, com cinco votos contra da bancada do PPD/PSD, que apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- **“Contas de gerência do ano de 2016”** -----

----- **“Abril de 2017”** -----

----- **“Após a leitura do relatório das contas de gerência fornecido pelos serviços da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, compete-nos tecer as seguintes considerações:** -----

----- **O relatório apresenta-se, na nossa opinião, bem estruturado, seguindo os subsistemas contabilísticos do POCAL e com clareza de leitura, pelo que nos congratulamos com o trabalho técnico realizado pelos serviços municipais.** -----

----- **Relativamente à execução orçamental verificamos que existe uma enorme diferença entre as previsões das receitas e a sua execução, nomeadamente no que diz respeito às receitas de capital que apresentam uma execução de 22%.** -----

----- **Algo semelhante acontece com as diferenças verificadas entre os valores provisionais das despesas e sua execução, nomeadamente no que diz respeito às despesas de capital que apresentam uma execução de 37%.** -----

----- **Estes valores são justificados no relatório pelo facto de não terem ocorrido, durante o ano de 2016, as transferências para o financiamento de investimentos previstos no âmbito do programa 2020, cujo valor é de 3 400 000,00€.** -----

----- **As desculpas invocadas levantam-nos sérias dúvidas quanto à eficácia e eficiência desta execução orçamental, e consequentemente à gestão deste executivo, pois não se tratou apenas de um pequeno conjunto de investimentos que ficaram por realizar,**



mas sim do principal núcleo central de investimentos, com o prejuízo direto da nossa comunidade e do concelho em geral. -----

----- O Partido Social Democrata tem ao longo deste mandato chamado a atenção do executivo do partido Socialista por não realizar investimentos credíveis para o desenvolvimento do concelho de Santa Marta de Penaguião, limitando-se à execução da gestão corrente e sem capacidade para captação de investimentos, como agora os números das contas o demonstram. Classificamos a gestão deste executivo como ruínosa para o concelho de Santa Marta de Penaguião é um verdadeiro desastre político. -----

----- Não devemos aceitar uma política que intensifica o empobrecimento da comunidade, voltada para a escassez de oportunidades, levando muitos a abandonar o concelho. -----

----- Não devemos aceitar uma política que desvaloriza o património, nomeadamente na falta de manutenção de edifícios públicos e de edifícios de interesse municipal. -----

----- Não devemos aceitar uma política que desvaloriza a rede viária urbana concelhia, que se limita a tapar buracos das ruas. -----

----- Não devemos aceitar uma política que desvaloriza os problemas ambientais, nomeadamente a prevenção de catástrofes provocadas por linhas de água, por sistemas de saneamento básico, que muitos prejuízos causaram às populações e sempre que a pluviosidade se intensifica um pouco, somos regularmente surpreendidos com derrocadas de muros e taludes junto às principais vias do concelho. -----

----- Não devemos aceitar uma política educativa que não nos afasta das últimas posições do ranking nacional; bem como uma política de desenvolvimento local, que nos indicadores negócios, visitar e viver que nos coloca nas últimas 20 posições a nível



nacional, posição 292 num total de 308, de acordo com o relatório da Bloom Consulting.-----

---- Não devemos aceitar uma política que valoriza o emprego precário, de baixos salários e cujos contratos são de prazo não superior a um ano. Que projeto de vida poderá uma família augurar com estas condições? -----

---- Estes são já motivos suficientes, e por respeito à população do concelho de Santa Marta de Penaguião, por ser essa a nossa responsabilidade, o Partido Social Democrata vota contra a política desenvolvida por este executivo refletidas nas contas de gerência apresentadas para o ano de 2016. -----

---- Alguns exemplos de candidaturas aprovadas durante o ano de 2016. -----

---- Concelho n.º de candidaturas aprovadas -----

---- Lamego 05 -----

---- Peso da Régua 10 -----

---- Murça 02 -----

---- Mesão Frio 03 -----

---- Sabrosa 12 -----

---- Santa Marta de Penaguião 00" -----

---- Ainda sobre o assunto o Senhor Deputado José Granja, solicitou a palavra, uma vez que no momento da discussão do ponto não lhe foi dada a oportunidade, por lapso, de intervir. –

---- O Senhor Deputado Paulo Prior disse ao Senhor Presidente da Assembleia para aplicar o “Regimento” e cumprir as regras, apelando para que a Bancada do Partido Socialista esteja atenta à “Ordem de Trabalhos”, recordando que após o termino da Votação, e, apresentadas as Declarações de Voto, deve ser dado por concluído o assunto em discussão. -----

---- O Senhor Deputado José Granja disse que estava surpreso com a atitude do Senhor Deputado Paulo Prior, expondo que a Declaração de Voto mais não é do que uma explicação



do assunto, pois, apenas pretendia convidar a bancada do Partido Social Democrata a aprovar o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas - 2016. -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia refere que não vê qualquer impedimento, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

---- Relativamente ao “Documento de Prestação de Contas”, o Senhor Presidente da Câmara salientou a importância da leitura das rubricas das receitas e despesas, tendo em atenção o que foi conseguido, 66% (sessenta e seis por cento) de receita, comparando a despesa total e a receita total, verificou-se uma diminuição da despesa, num total de menos 45.000,00€ (quarenta e cinco mil euros), contudo, se forem adicionados os montantes do Saldo, cerca de 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros), ou, 170.000,00€ (cento e setenta mil euros), dá um valor positivo. -----

---- No entanto, a Câmara Municipal tinha cerca de 600.000,00€ (seiscentos mil euros) para investimento, mas entendeu-se investir nas pessoas, na obra social que têm vindo a desenvolver ao longo destes quatro anos, lembrando que há muita gente que não tem dinheiro para medicamentos, nem para pôr uma telha, sendo uma questão de opção deste Executivo que preferiu ajudar as pessoas. -----

---- Salienta ainda, com surpresa, que a oposição não tenha atacado do “PPI”, e relativamente às candidaturas que outros têm, é necessário verificar em que programa foram aprovadas e para quê, pois, no pior ano de todos a Câmara Municipal tem a receber desde dois mil e quinze, cerca de 262.000,00€ (duzentos e sessenta e dois mil euros) da escola, 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil) das intempéries e 100.000,00€ (cem mil euros) do Centro de Emprego, no entanto, foi possível passar com um saldo positivo de 170.000,00€ (cento e setenta mil euros), pois de acordo com o “Barómetro da Gestão Autárquica”, a diferença entre receitas correntes e despesas correntes, só foi de 445.000,00€ (quatrocentos e quarenta e cinco mil euros) positivo, sendo desta forma possível pagar quase a totalidade

das intempéries, menos o “Pontão de Cortiçadas”, e dois ou três muros que não avançaram, cumprindo todos os compromissos que havia para cumprir até trinta e um de dezembro, e passar com 170.000,000€ (cento e setenta mil euros) de saldo. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara, ao analisar o documento em termos de execução, disse que não fica envaidecido, pois considera que ficou aquém das expetativas, todavia sente-se orgulhoso em termo de “Gestão Autárquica”, mesmo sem contar com o “Portugal 2020” nas “Grandes Opções do Plano” pois comparando os resultados deste relatório, o “PAM” e o “PPI”, deverá ter uma diferença entre os 100.000,00€ (cem mil euros), ou 200.000,00€ (duzentos mil euros), tornando possível em dois anos, pela primeira vez neste Município, “Balizar”, exatamente aquilo que o Município pode e deve fazer, e, para além destas dificuldades todas, referiu também que a Câmara Municipal ainda não recebeu cerca de 800.000,00€ (oitocentos mil euros) a que tem direito, no “CEI” e “CEI+” a Câmara Municipal tem a receber do IEFP cerca de 74.000,00€ (setenta e quatro mil euros), no programa de estágios profissionais na administração local para os jovens “PEPAL” a Câmara, também, tem a receber cerca de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros), e em relação ao emprego precário a Câmara Municipal aguarda autorização do Governo para admissão de funcionários. -----

---- Referiu ainda o investimento que foi realizado ao nível da educação no programa “Língua ler”, dirigido ao último ano do pré-escolar e ao primeiro ano do primeiro ciclo, de acordo com o relatório é da equipa da “UTAD”, as crianças que saíram do pré-escolar estão acima da média nacional, porém, as do primeiro ciclo estão abaixo da média nacional, refletindo que rapidamente os alunos do primeiro ciclo vão estar acima da média nacional, valorizando desta forma o investimento no Concelho e na Educação. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara considerou injustas as críticas da oposição, e relembra que o Executivo tinha assumido a requalificação da pavimentação e que, efetivamente, a Câmara tinha cerca de 300.000,00€ (trezentos mil euros), todavia, devido as intempéries foi



necessário investir na reconstrução de muros, e, garantiu que as obras para a requalificação da pavimentação irá avançar rapidamente, no que concerne às habitações degradadas, relembra o compromisso do ano passado, cerca de 60.000,00€ (sessenta mil euros), a 70.000,00€ (setenta mil euros), e que ficará para este ano, pois toda a disponibilidade financeira que havia foi colocada à disposição para a reposição dos estragos que as intempéries provocaram, garantindo que será feito este ano o que não foi possível fazer no ano anterior. -----

---- Em relação à informação dada na "Declaração de Voto" do (PSD), o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que as linhas de água não são da competência do Município e que qualquer intervenção requer parecer prévio. Ainda sobre este assunto, informou que desde a sua intervenção aquando das intempéries de fevereiro, a Câmara Municipal passou a intervir no processo de reconversão, obrigando a reconstrução de muros. -----

---- Por fim, voltou a salientar que o "Documento de Prestação de Contas", não é um documento que o envaideça por ter ficado aquém da execução no "PPI", mas em termos de "Gestão Autarca", é um documento que muito orgulha o Executivo. -----

---- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, para invocar o "Regimento", pedindo que o Senhor Presidente da Assembleia cumpra o "Regimento", e que respeitem as Assembleias Municipais, citando o n.º 1 do artigo 28.º, do "Regimento", *"Cada membro da Assembleia, tem direito a fazer no final de cada Votação uma declaração de Voto, esclarecendo, o seu sentido de Voto"*, indicando que o Senhor Presidente da Câmara não é membro desta Assembleia, dizendo: *"O Senhor Presidente da Assembleia Municipal não respeitou este órgão, e mais uma vez demonstrou que é uma extensão do Partido Socialista."*

---- O Senhor Presidente da Assembleia, salientou a importância de prestar os esclarecimentos que sejam necessários, sendo por essa razão que o Senhor Presidente da Câmara está presente nas Sessões, em relação ao cumprimento do "Regimento", o Senhor



Presidente afirma que tem sido essa a postura da Assembleia, dando a palavra sempre que solicitada, e, garantindo que a Assembleia Municipal só se dignifica quando são prestados os esclarecimentos a que têm direito todos os membros e o público em geral.-----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jóni Madureira, afirmando que o Senhor Presidente da Câmara, na ausência do seu líder da Bancada (PPD/PSD), terá feito acusações graves sobre a seriedade e a frontalidade do seu líder, incitando para que seja frontal e sério, e diga na sua presença o que disse relativamente às redes sociais. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, para dizer o seguinte: *“Eu não ando aqui a mitigar, eu o que tiver a dizer digo-o aqui na cara, a preocupação das redes sociais, o Senhor é que anda sempre a falar do “Facebook”, eu raramente o visito, o Senhor perde lá muito tempo, por isso é que chegamos passados quatro anos e projetos zero, fez aqui uma assunção dos falhanços, agora quanto a essas acusações para mim não dizem absolutamente nada, nem enfio tão pouco a carapuça, nem me preocupo com o “Facebook”, mau é quando um Presidente de Câmara em todas as reuniões preocupa-se em falar de “Facebook”, é a Câmara dos três (F’s), “Facebook”, Festas e Foguetes”*.-----

----- **2.4 – Deliberar sobre a 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais da Receita e da Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades mais Relevantes - 2017** (alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal para aprovação da 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais da Receita e da Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades mais Relevantes – 2017, com seguinte teor: -----

----- *“O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, estabelece o regime dos documentos*



previsionais, designadamente quanto às regras relativas às modificações do Orçamento constantes no ponto 8.3.1., as quais compreendem as figuras de alteração e revisão. -----

----- O saldo final da gerência, que resulta da diferença entre as importâncias arrecadadas (recebimentos + saldo inicial) e os pagamentos ocorridos no decurso do exercício económico de 2016, encontra-se evidenciado no mapa de fluxos de caixa, documento que também reflete a execução orçamental. -----

----- Após o apuramento do saldo da gerência anterior, pode ser utilizado como contrapartida do aumento global da despesa, resultando uma revisão orçamental, tal como se encontra estabelecido nos pontos 8.3.1.3. e 8.3.1.4. do POCAL, devendo respeitar o princípio do equilíbrio orçamental, sendo que a sua utilização se trata de uma boa prática de gestão. -----

----- Por outro lado, a sua não utilização, poderia conduzir num determinado momento do ano económico, que as despesas orçamentais executadas, fossem superiores às receitas orçamentais cobradas. -----

----- Assim, propõe-se que de acordo com os pontos 8.3.1.2., 8.3.1.3 e 8.1.3.4. do POCAL: --

----- 1 - A Câmara Municipal aprove nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais da Receita e da Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Atividades mais Relevantes, documentos que se anexam à presente proposta e da qual ficam a fazer parte integrante; -----

----- 2 – Que a mesma seja submetida, sob a forma de proposta, à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da competência que lhe está conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da mencionada Lei.” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada no dia 18 de abril de 2017. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de intervenção foi o assunto colocado a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade.** -----

----- **3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”:** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia informou o plenário que a Mesa não registou qualquer pedido de intervenção do público, pelo que solicitou a leitura da minuta da ata. -----

----- E nada havendo mais a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Rosa Martins Cardoso, com funções de 1.ª Secretária, que a elaborei. Foi encerrada quando eram 13:15 horas. -----

O Presidente da Assembleia,



José Alberto Moreira Araújo

1.ª Secretária,



Rosa Martins Cardoso